



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REP 2/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

O **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, registrado no Tribunal Superior Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 54.956.495/0001-56, com sede nas salas 2009 e 2010 do Edifício Brasília Trade Center, Brasília/DF, neste ato representado por seu Presidente, **JOSÉ RENATO RABELO**, brasileiro, casado, médico, RG nº 7039419-2 SSP/SP, CPF nº 223.777.785-34, residente e domiciliado em São Paulo/SP e estabelecido na sede do PCdoB, com fundamento nos §§ 1º e 3º do art. 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, vem

REPRESENTAR POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

contra o Deputado **ALBERTO FRAGA**, Coronel da Polícia Militar, no exercício de mandato de Deputado Federal, com endereço em seu gabinete, no Anexo IV, Gabinete 511 desta Casa Legislativa, requerendo que se proceda ao encaminhamento desta ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para que sejam adotadas todas as providências legais e regimentais pertinentes à relevância do caso, abaixo relatado.

Secretaria-Geral da Mesa Diretora
Unidade: 136 Ass.:
Origem: 136
Proj. de Resolução nº 136/2015
Data: 4/2/15
Ass.: Joviana
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar - 28/07/2015
* 6 9 1 0 1 0 1 8 5 3 5 0 3 0 1 1 C D *
* 6 9 1 0 1 0 1 8 5 3 5 0 3 0 1 1 C D *

(12)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

I – DOS FATOS

01. Na sessão da Câmara dos Deputados de 06 de maio de 2015, conforme as notas taquigráficas e gravação em vídeo que anexamos, o deputado Alberto Fraga assomou à tribuna para proferir palavras de incitamento ao ódio e à violência contra as mulheres, do seguinte teor:

“- Sr. Presidente, bate como homem, tem de apanhar como homem também. Que história é essa?” (*notas taquigráficas da sessão, página 4 de 6*).

02. Não satisfeito, retornou à tribuna minutos depois para reafirmar e esclarecer:

“- Eu digo sempre que mulher que participa da política e bate como homem tem de apanhar como homem também.” (*notas taquigráficas da sessão, página 5 de 6*).

03. Evidente, nessas palavras, a incitação ao ódio e à violência contra as mulheres.

04. Além disso, após intervenção da Deputada Jandira Feghali, retomou novamente a palavra para ameaçar:

“-E aqueles que são mais valentes me procurem logo após aqui.” (*notas taquigráficas da sessão, página 5 de 6*).

05. Juntamos a esta as notas taquigráficas do período em que o representado proferiu seu discurso de ódio, e o vídeo do plenário desse mesmo período (docs. nºs 01 e 02, anexos).

06. O episódio teve enorme repercussão na mídia e nas redes sociais, comprometendo a imagem da Câmara dos Deputados (juntamos, em anexo, manifestações de solidariedade recebidas pela Deputada Jandira Feghali).

II – DA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

06. A incitação ao ódio e à violência, e a ameaça, enquadram-se perfeitamente nos tipos de quebra de decoro perfilados nos arts. 4º, VI e 5º, III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados:

“Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

.....

VI – praticar irregularidade graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes, **que afetem a dignidade da representação popular.**”
(negritos nossos)

“Art. 5º Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

.....

III – praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara dos Deputados ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão ou os respectivos Presidentes;

.....”

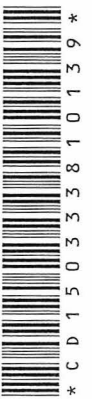
III – DO FERIMENTO DA DIGNIDADE DO MANDATO

07. No que tange a afetar a dignidade da representação parlamentar, é evidente que o discurso de incitamento ao ódio e à violência contra a mulher é uma das formas mais graves de quebra da dignidade do mandato parlamentar.

08. No direito, discurso de ódio é qualquer discurso, gesto ou conduta, escrita ou representada, que seja proibida porque pode incitar violência ou ação discriminatória contra um grupo de pessoas ou porque ela ofende ou intimida um grupo de cidadãos.

09. O incitamento ao ódio e à violência é, claramente, a incitação ao cometimento de um crime, é, inclusive, um tipo penal acolhido em nosso Código Penal pátrio em seu art. 286:

Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

10. Trata-se, no caso, de uma parcela que é a maioria da população brasileira, - as mulheres - mas que é submetida a uma discriminação social evidente, sendo mais vulneráveis a todo tipo de violência. Quando se incentiva contra esse gênero, se agrava e potencializa a violência que hoje já é corriqueira nos lares, nas ruas e até dentro do Parlamento.

11. Nesse caso, o deputado incitou claramente a violência contra as mulheres, em especial as mulheres que militam na política e, no contexto, a violência contra a Deputada Jandira Feghali.

12. O discurso, se ficar impune, rebaixa o valor da representação popular ao nível daqueles que são proferidos em botecos por pessoas embriagadas. No caso, embriagado de ódio, misoginia e machismo.

IV – DA AMEAÇA A PARLAMENTAR

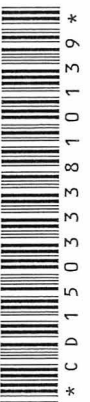
13. O crime de ameaça, por sua vez, é também caracterizado no art. 147 do Código Penal, que assim descreve o tipo penal:

Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

14. É evidente que a ameaça a um parlamentar, além de crime, constitui gravíssima infração ao decoro parlamentar.

15. O parlamento é a casa em que a democracia encontra a possibilidade de buscar um consenso entre as diferentes correntes ideológicas, os diversos interesses nacionais, regionais e locais, a vida política de uma Nação. Aqui se valoriza o convencimento, a persuasão, o debate - mesmo inflamado às vezes



Am



CÂMARA DOS DEPUTADOS

-, mas esse confronto não pode descambar para a agressão, as ameaças ou vias de fato.

16. Impune o pronunciamento que ameaça, perdem-se as melhores características parlamentares da Casa Legislativa.

ISSO POSTO, vimos requerer a punição do Deputado Alberto Fraga, com fundamento no art. 4º, VI; e art. 5º, III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Câmara dos Deputados.

N. Termos,

E. Deferimento.

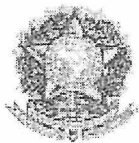

JOSÉ RENATO RABELO

Presidente do PCdoB



* C D 1 5 0 3 3 3 8 1 0 1 3 9 *

Discursos e Notas Taquigráficas



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sem redação final

Sessão: 096.1.55.O
Orador: PRESIDENTE

Hora: 18h50

Fase: OD
Data: 06/05/2015

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está reaberta a sessão. Peço que conclua. Infelizmente, fomos obrigados a essa atitude.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa requerimento de votação, em regime de urgência, de proposição de adiamento de votação por duas sessões, assinado pelo Líder do PSDB. Antes, porém, anuncie requerimento de quebra de interstício do requerimento de adiamento de votação por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor do requerimento de quebra de interstício, concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão. *(Pausa.)*
Domingos Sávio. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de o Deputado Nilson falar, eu quero...

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu estou com a palavra aqui, por favor.

Eu queria, primeiro, agradecer a V.Exa. pela paciência. Eu acho que o nosso pessoal da Força Sindical exagerou, porque o PT não está acostumado com dólar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Quem deu esse dinheiro na mão deles? Só para saber.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA - Não acho que é normal jogar dólar, de cima das galerias, no PT. Eu quero perguntar a V.Exa. se o pessoal que está a favor pode ficar, que é o pessoal da CUT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não. Eu pedi para tirar todos das galerias.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu não tenho condições de fazer juízo de valor sobre quem foi responsável pelo tumulto. Então, conseqüentemente, vou pedir que todo o pessoal das galerias seja retirado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só para registrar também que a CUT também é contra. Não aceite a provocação em plenário. O que aconteceu foi uma provocação ao Plenário pelas galerias.

(Não identificado) - A CUT está comportada.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Veja bem, eu reabri a sessão não para permitir a tática obstrutiva.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, para falar a favor do requerimento de quebra de interstício.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente, aqui.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não vou conceder neste momento.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, tudo o que nós estamos testemunhando aqui mostra claramente que o que se está fazendo, ou o que se pretende fazer é uma afronta à Nação, é uma agressão aos trabalhadores, é uma agressão a valores essenciais de uma sociedade democrática.

Nós vimos, ontem, um Deputado de um partido da base do Governo — parece-me que do PDT, e olha que o PDT, até onde me consta, sempre teve uma ligação estreita com o Ministério do Trabalho — vir

aqui dizer: *Olha, essa matéria sequer foi discutida com o Ministério do Trabalho.*

Nós estamos votando aqui uma medida provisória que tira direitos dos trabalhadores, e é uma coisa tão flagrante que, de maneira grosseira, eu diria patética, para não dizer ridícula, ou dizendo todos esses adjetivos, Deputados do PT insistem em uma mentira o tempo todo. *Olha, não tira direitos, não tira direitos.* É claro que tira direitos, tira direitos essenciais, como o seguro-desemprego, como o abono salarial, que é o PIS daquele que ganha até dois salários mínimos. É uma covardia fazer isso, para equilibrar as finanças que se desequilibraram. Por quê? Porque o Governo que aí está promoveu a maior roubalheira da história deste País.

O PT sabe disso. Deveria enfiar a carapuça, ter a humildade e dizer: *Vamos parar com a roubalheira e vamos reorganizar as finanças.* Mas, não, querem simplesmente tirar direitos dos trabalhadores sob a alegação de que isso é ajuste fiscal.

Ora, é muita ingratidão com o trabalhador que sempre confiou nele! E o pior, estrategicamente, o PT colocou no ar um programa eleitoral, ontem, repetindo a mentira: *Oh, o PT não tira direito dos trabalhadores!*, vem a este plenário fazer todo esse esforço para votar hoje, de qualquer maneira, não permitindo que a discussão continue, não permitindo o adiamento, porque tem que votar logo. Tem que votar logo porque isso virou um pesadelo na vida dos Deputados e das Deputadas do PT, que não sabem mais como explicar para as suas bases essa vergonha de um partido que se diz dos trabalhadores.

Agora, eles querem contaminar as Sras. e os Srs. Deputados da base do Governo. E, depois, vocês vão ter os seus retratinhos lá dizendo: *Este aqui ajudou a tirar direitos do trabalhador.* É assim que o PT vai fazer quando chegarem as eleições municipais. Aí ele esquece que vocês são aliados. Então, é preciso que estejam atentos.

Por isso, nós queremos votação nominal, Sr. Presidente. Por isso, nós queremos a dispensa do interstício, para ficar a digital de cada um, em cada momento, em cada requerimento, e é claro, na votação final, para que o Brasil saiba quem é quem, para que o PT não fique...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concluir, Deputado. Concluir, rapidamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - ...insistindo nessa mentira: *Olha, nós somos o partido dos trabalhadores. Nós não queremos tirar direitos.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concluir, Deputado. Concluir.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Mas as duas medidas provisórias tiram direitos. Elas só são sobre isso. Portanto, nós queremos a votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva, para falar contra o requerimento.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. por ter suspenso a sessão, para que a normalidade voltasse à Casa. Cumprimento também V.Exa. pela decisão de mandar que saísse das galerias quem agrediu a Casa. Cumprimento-o, também, pela decisão anterior de abrir as galerias.

Considero que é muito importante que as galerias estejam abertas todos os dias, para que qualquer brasileiro acompanhe aqui no plenário como votam os Deputados.

Sr. Presidente, houve uma agressão à Casa e à democracia. Atirar objetos no Plenário da Câmara é inaceitável, seja uma atitude da Força Sindical, seja de qualquer central sindical, seja de qualquer partido político, seja de qualquer pessoa.

Quero reivindicar, Sr. Presidente, que V.Exa. determine que o sistema de monitoramento do plenário, que produz imagens, identifique todos que estavam aqui. Devemos identificar, sim, quem agrediu a Casa, para que tomemos as medidas jurídicas cabíveis, a fim de que V.Exa. possa demonstrar que não aceita a intolerância nem a violência ocorrida no plenário desta Casa. Todos aqui podemos divergir, mas é necessário respeitar, democraticamente, a posição de cada Deputado.

Solicito à Presidência que requeira a gravação das imagens para que se a identifique os responsáveis por esses atos, a fim de que a Casa tome medidas jurídicas contra quem violou a Casa, que é o mesmo que violar a democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - As medidas que forem cabíveis serão tomadas pela Administração da Casa.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria aqui apenas dizer que, evidentemente, isso não foi algo que enobrecesse a sessão que nós temos aqui na Casa, mas precisamos tomar cuidado para não cobrarmos algo daqueles, que hoje jogaram dinheiro no Plenário, tentando desmoralizar o PT, ou de quem está votando a favor desse pacote.

Eu estou olhando aqui o Deputado Lincoln Portela, que foi agredido quando a manifestação era o contrário. E aqui eu não vi ninguém, nem do PT, nem do PCdoB, pedir para tomar qualquer medida

contra quem agrediu o Deputado Lincoln. Precisamos ter a postura que o Presidente teve, não permitir esse tipo de atitude, mas nós não podemos ter aqui dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Quero dizer, Deputado Roberto Freire, que, no episódio da agressão do Deputado Lincoln Portela e daquelas depredações, foram instaurados inquéritos, foram...

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas o Deputado do PCdoB não falou nada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - E a minha repulsa...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, ele se refere ao Deputado do PCdoB que fala aqui: Deputado Orlando Silva, de São Paulo.

Infelizmente, o Deputado Roberto Freire se irmana a essa manifestação que viola a democracia. É inaceitável! Não importa quem seja, não podemos compactuar com nenhum tipo de violência a esta Casa. Infelizmente, o Deputado Roberto Freire envergonha este Parlamento, quando se soma a esse tipo de manifestação, Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não houve. Não seja desonesto. Não seja desonesto. Eu falei que V.Exa. não disse coisa alguma sobre a agressão ao Deputado Lincoln.

O SR. ORLANDO SILVA - O Presidente falou pela Casa.

O SR. ROBERTO FREIRE - V.Exa. tome cuidado!

O SR. ORLANDO SILVA - Não toque em mim. Não toque em mim. Não toque em mim.

A minha integridade física, Presidente.

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou pedir calma e ponderação aos dois ilustres Parlamentares.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É lamentável, Presidente, esse tipo de postura dos Parlamentares, que não estão acostumados com a falta de consenso, com a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Caio Narcio, está encerrado este diálogo.

Para orientação de bancada do requerimento de quebra de interstício, como vota o Bloco do PMDB? *(Pausa.)*

Eu solicito ponderação e moderação aos dois ilustres Parlamentares.

Como vota o PT?

O SR. CAIO NARCIO - Eu gostaria de ver esta indignação, quando a...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PT?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PT vota não.

Como vota o PSDB?

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB, Sr. Presidente, vota sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco do PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não.

Como vota o PR? *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos aqui uma situação de intempestividade. Eu peço que se acalme, primeiro, o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu já pedi. Eu vou pedir a V.Exa. também.

A SRA. ALICE PORTUGAL - É fundamental que isso se estabeleça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputada, eu estou tendo toda a paciência para que se estabeleça a normalidade. Eu já fiz o apelo. São dois ilustres Parlamentares que eu respeito. Peço que encerrem esta discussão, para que nós possamos voltar à normalidade do encaminhamento. Senão, V.Exas. estarão contribuindo para o processo de obstrução e para que não se aprecie a matéria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Só não é aceitável, Presidente, que na divergência se toque nas pessoas. O Deputado Orlando estava falando. O Deputado Roberto Freire tocou, bateu nas costas dele duas vezes.

O SR. JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, isso não vem mais ao caso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Eu lhe pedi que não fizesse isso, ele pegou o meu braço. Isso não é aceitável. Se fizer isso, eu vou denunciá-lo ao Conselho de Ética da Casa.

O SR. MORONI TORGAN - Ah, o que que é isso?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - O que que é isso o quê?

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, bate como homem, tem que apanhar como homem

também. Que história éessa?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos estabelecer a normalidade, senão, eu serei obrigado a suspender de novo a sessão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ROGÉRIO ROSSO - Sr. Presidente, ele quer sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está suspensa a sessão por 5 minutos novamente.

(A sessão é suspensa.)

(Sessão suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está reaberta a sessão.

Orientação de bancada do PR. Quebra de interstício.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR orienta não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo PMDB, pelo Bloco PMDB/PTB, nós votamos não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não.

Como vota o PSB?

O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Sim.

Como vota o Democratas?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que está se vendo neste plenário e está se constando é que o PT tem queixo de vidro. Isso que aconteceu aqui eles sempre fizeram a vida toda. Hoje provaram do seu próprio veneno e parece que não gostaram. E aqueles outros partidos que são apêndice do PT ficam aí tomando as dores.

Acho que a opinião de todos os Parlamentares tem que ser respeitada nesta Casa. Agora, ninguém pode se prevalecer da condição de mulher para querer agredir quem quer que seja. Eu digo sempre que mulher que participa da política e bate como homem tem que apanhar como homem também. Essa conversa...

(Tumulto no plenário.)

O SR. ALBERTO FRAGA - É isso mesmo. É isso mesmo, Sr. Presidente!

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, retire essas palavras!

O SR. ALBERTO FRAGA - Essa conversa de querer agredir... porque quem agrediu foi a Deputada...

A SRA. JÔ MORAES - Sr. Presidente, retire dos Anais essas palavras! Retire dos Anais essas palavras! Sr. Deputado, retire dos Anais essas palavras!

O SR. ALBERTO FRAGA - Foi a Deputada que agrediu!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

A SRA. JÔ MORAES - Retire dos Anais essas palavras!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vai deixar dizer isso? Vai ficar omisso nisso? Vai ficar omisso diante dessa fala?

O SR. DOMINGOS NETO - Presidente, é um absurdo isso que nós ouvimos aqui!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputada, eu não tenho condição de censurar a palavra de quem quer que seja.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Censurar? Isso é agressão, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Todos aqui são imunes pelas suas palavras e votos...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Agressão, não!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - ... e são responsáveis...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Agressão não!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não... Eu não tenho essa condição de censurar quem quer que seja.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Agressão não!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A recriminação V.Exa. terá a palavra para contestar. Todos poderão contestá-la.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Então, nós vamos pegar as notas taquigráficas e vamos levá-las para o Conselho de Ética.

O SR. JOVAIR ARANTES - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tudo bem, é o jeito. Eu não posso censurar.

O SR. JOVAIR ARANTES - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu pediria a moderação.

Srs. Parlamentares, eu queria fazer um apelo a V.Exas.

O SR. JOVAIR ARANTES - Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA - Presidente, eu quero concluir. Presidente, eu quero concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Neste momento, eu vou concluir, Deputado.

O SR. JOVAIR ARANTES - Presidente, um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A palavra está com o Presidente. Eu quero fazer um apelo a V.Exa. Nós não podemos sair do debate político e ir para o debate de natureza pessoal ou de agressão, porque, ao mesmo tempo em que as galarias — para quem nós abrimos com toda a tranquilidade, com a distribuição democrática — não podiam se comportar como se comportaram — e tomamos as atitudes —, também nós, Parlamentares, no exercício do nosso mandato, não podemos partir para agressões ou para ofensas de qualquer natureza.

Eu quero fazer um apelo para que a gente mantenha a maturidade do debate político e a gente evite esse tipo de coisa que está acontecendo no plenário. O ambiente está tenso, mas não nos dá o direito de fugir da política, que é o que nos move e o que nos traz aqui como representantes.

Conclua, Deputado Alberto, dentro do princípio da razoabilidade.

O SR. DOMINGOS NETO - Como Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou ceder.

O SR. ALBERTO FRAGA - Presidente, eu quero concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pode concluir, Deputado Alberto.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu não tenho procuração para defender o Deputado Roberto Freire. O que eu quis dizer é que o Deputado Roberto Freire apenas estava discordando do Parlamentar que falava à sua frente e não precisava da intervenção intempestiva, arrojada, da Deputada. Foi a Deputada que pegou no braço do Deputado Roberto Freire. Eu estava do lado!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não é verdade!

O SR. ALBERTO FRAGA - E eu vi.

(Não identificado) - E eu também vi.

O SR. ALBERTO FRAGA - Portanto, Sr. Presidente, eu fico muito à vontade. Não tenho medo desse tipo de atitude.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA - E aqueles que são mais valentes me procurem logo após aqui.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Pela ordem, Presidente.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o encaminhamento do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN não está no painel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O encaminhamento do PMDB, por favor, é não.

(Não identificado) - O PRB orienta não.

O SR. JOVAIR ARANTES - Até agora não foi colocado o encaminhamento do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Neto, pelo PROS.

O SR. DOMINGOS NETO (PROS-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero pedir a atenção deste Parlamento neste momento para uma situação que jamais imaginei que nós poderíamos viver nesta Casa. Eu assisti aqui ao que, até este momento, era um discurso de ideias. O PROS fica sempre perto do PCdoB. Muitas vezes divergimos em opiniões.

E, quando o Deputado Orlando Silva entrou nessa discussão de ideias, com todo o respeito que nós devemos ter à história política do Deputado Roberto Freire, para chamar a atenção em sua defesa, o Deputado Roberto Freire bateu nas costas do Deputado Orlando Silva.

Deputado Alberto Fraga, com todo o respeito — eu sou da Frente Parlamentar da Segurança Pública, tenho o maior respeito a V.Exa. —, eu tenho convicção de que V.Exa. não viu o que eu vi, porque aconteceu do meu lado. A Deputada Jandira botou o braço para proteger as costas do Deputado Orlando. Ela sequer triscou no Deputado Roberto Freire. O Deputado Roberto Freire pegou o braço da Deputada e empurrou com força. Nós não podemos aceitar violência nesta Casa contra qualquer Deputado que seja, sobretudo contra uma mulher! (*Palmas.*)

(Não identificado) - Solicito um tira-teima, Presidente.

O SR. DOMINGOS NETO - Presidente, nós não podemos...

Isso não era tema para eu gastar aqui o meu tempo de Líder, mas eu faço questão, porque qualquer motivação nesse sentido pode gerar um precedente terrível para esta Casa. Certamente nós não poderemos jamais pedir o respeito da sociedade. Se nós achamos absurdo o que a Força Sindical pôde fazer — isso foi um desrespeito a este Plenário —, mais absurdo ainda seria aceitarmos qualquer tipo de violência física neste plenário que fosse movida por qualquer motivação, sobretudo a de debate das ideias em frente a um projeto, que é o que foi colocado aqui.

Eu tenho a convicção de que o Deputado Roberto Freire vai ter a humildade e a sensibilidade de

procurar a Deputada Jandira para fazer um pedido de desculpas. Também acho que ele jamais pegaria pelo braço, com a força que pegou, da forma que fez, uma Deputada mulher, que deve ser respeitada por esta Casa.

Eu não quero discutir a motivação que foi feita aqui pelo Deputado Alberto Fraga, mas me preocupa, e me preocupa muito, que a cena a que eu assisti hoje estarrecido possa ser tratada por alguns nesta Casa como algo que é banal, normal, corriqueiro ou que faça parte desse jogo.

Nós precisamos manter o decoro, o respeito, a compreensão de que cada Parlamentar aqui vota igual. Não há ninguém mais do que ninguém. E, se nessa discussão alguém é mais do que o outro, certamente deveríamos ser nós homens a prezar as Deputadas mulheres, como a Deputada Jandira Feghali.

Aqui fica o meu pedido aos Deputados — já falei com o Deputado Roberto Freire e o Deputado Alberto Fraga —, no sentido de que possam perceber que o que aconteceu aqui hoje não é algo para ser aplaudido por este Plenário, mas sim para ser repudiado.

Indexação

NOSSA SOLIDARIEDADE À DEPUTADA JANDIRA FEGHALI

Durante a sessão que debatia as medidas provisórias do ajuste fiscal, na noite de quarta-feira, 06 de maio de 2015, enquanto fazia uso da palavra, o deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) foi interrompido ao ser tocado diversas vezes pelas costas pelo deputado Roberto Freire (PPS/SP) e reagiu pedindo que não fosse tocado. Foi quando a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), que estava ao lado de ambos, interveio e pediu que Freire não tocasse Silva, colocando a mão no caminho. Nesse momento, Freire a segurou pelo braço de maneira abrupta e jogou seu braço violentamente, como mostram os registros fotográficos feitos pelo profissional Lula Marques.

Não bastasse a violência física, Jandira ainda foi ofendida pelo deputado Alberto Fraga (DEM/DF), que inverteu a lógica da agressão e acusou Jandira de ter agredido Freire, com a máxima machista que a mulher “não se pode prevalecer da condição de mulher para querer agredir quem quer que seja” e que se “bate como homem, tem que apanhar como homem”. Não obstante, continuou incitando a violência dizendo “venha, venha”. Essa apologia à violência contra a mulher é inaceitável e merece todo o rigor da lei. Não aceitamos que uma das parlamentares que ajudou a criar a Lei Maria da Penha seja vítima de violência.

Em 2013, a ex-deputada federal Manuela D’Ávila (PCdoB/RS) foi vítima de declarações ofensivas, preconceituosas e machistas, com sua vida pessoal atacada sem qualquer justificativa pelo deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) enquanto fazia uso da palavra como líder do seu partido, durante audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em que se discutia com o senhor ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o caso de cartel e de corrupção relacionado à Siemens e a outras empresas multinacionais.

Quase um ano atrás, em 20 de maio de 2014, na sessão solene do Congresso que homenageava os 90 anos da Coluna Prestes, a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) foi interrompida enquanto fazia uso da tribuna, sendo interpelada de forma agressiva e teve o som do seu microfone cortado. A agressão à Alice Portugal só não foi maior porque o agressor, um servidor da Casa, foi segurado por outros colegas que acompanhavam a sessão.

Em 09 de dezembro de 2014, após a deputada Maria do Rosário fazer um discurso defendendo os trabalhos da Comissão da Verdade e a investigação de crimes da Ditadura Militar, ouviu da tribuna o deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) se remeter a um episódio anterior e repetiu a agressão de anos atrás dizendo que só não a estupraria porque ela não merecia.

Em março deste ano, a deputada Janete Capiberibe (PSB/AP) foi intimidada pelo deputado Roberto Góes (PDT/AP) enquanto discursava, denunciando uma série de problemas enfrentados pela população do Amapá, estado de ambos. Góes não teria gostado das críticas ao governante daquele Estado, tendo interrompido por

duas vezes o discurso da parlamentar e, “não se limitando aos impropérios verbais desferidos, ousou deslocar-se em direção à deputada para intimidá-la ou até mesmo agredi-la fisicamente”, conforme denunciado pela deputada Jô Moraes (PCdoB/MG), que era coordenadora da Bancada Feminina na época.

Essa crescente de agressões contra as deputadas reflete como a Câmara Federal está impregnada com as piores referências do conservadorismo, do machismo e da misoginia. Os parlamentares, assim como os homens na nossa sociedade, se valem da sua condição de homens para intimidar, atacar a vida pessoal e agredir verbal e fisicamente as mulheres. Esses casos evidentes de violência contra as mulheres não pode ser tolerado nem dentro nem fora da Câmara. A tribuna da Câmara é espaço inviolável para homens e mulheres e as ameaças e agressões às mulheres não podem ser inviabilizadas, ignoradas, toleradas nem chanceladas. Não podem ser reduzidas à “mal entendidos” ou ser silenciadas com pedidos vazios de desculpas, que legitimam que outras agressões sejam cometidas diariamente contra as mulheres em suas mais distintas e perversas faces.

A agressão à deputada Jandira sofrida na noite de ontem reflete a incapacidade de compressão de alguns homens sobre divisão do espaço e do poder, utilizando a força física para imporem sua opinião sobre a opinião de outrem. Tememos que o homem que sinta liberdade de fazer isso em público, faça algo mais grave no privado. É inadmissível a agressão física e verbal de deputados contra uma parlamentar, assim como é inadmissível a agressão contra qualquer mulher.

Jandira é a única mulher líder de partido hoje na Câmara e entendemos que um homem ver uma mulher defendendo outro homem deve ser uma inversão em toda a sua lógica machista de mulheres subalternas e sem expressão. Não vamos admitir que nenhuma outra mulher seja ameaçada, agredida ou tenha seu corpo violado por disputar os espaços antes só eram ocupado por eles. A tribuna da Câmara não é um lugar dos homens, não pertence a eles o direito único de fala e opinião nesta Casa. A Câmara é dos Deputados no nome, mas em sua essência é a Casa do Povo e representamos aqui o povo, pois somos mais da metade da população. Por isso a importância de ter mais mulheres na política, para que possamos inverter toda a lógica desigual que trata as mulheres na sociedade.

Diariamente milhares de mulheres sofrem agressões, ameaças e perdem suas vidas graças à cultura machista. Mas mulheres forjadas na luta diária da sobrevivência e da quebra das amarras do patriarcado não serão intimidadas com esse tipo de ameaça. Lutamos como mulher, lutamos juntas, até que todas sejam livres. Por isso as deputadas se manifestaram em plenário com as palavras de ordem “A violência contra a mulher não é o Brasil que a gente quer”. Estamos construindo um país mais justo, mais igualitário e sem violência, sem machismo e sem sexismo!.

Saudações de Força e de Luta.

Brasília, 07 de maio de 2015.

NOSSA SOLIDARIEDADE À DEPUTADA JANDIRA FEGHALI

Deus Francisco - PT/BA

Benedita da Silva PT/RS

Ardeleano PT/SP

Meire dos Reis PT/RS

Keiko Ota PSB/SP

Laura

Leiana - P. Cabo/PC

Alcides Fontes PCdoB-BA

Rafael PSC - M-6

Luiz Amâncio PT/CE

Robson PTN-PR

João Moraes - PCdoB-MG

PTC - MG
Johnny Gomes

Rebeca

PM U
Diana Pereira MG

Renata Amênd PTN-SP

Rita

Simone Macedo - PA

Roberta

Fátima Sales - AC
PARTIDO

Sara

MARGARITA SALOMÃO

PT-MG

Amorim

Bohu Gas PT-RS

Carla



Rio de Janeiro, 07 de maio de 2015

A organização, entidade e movimento social mantido no Feminismo "Política Judicial Latino-Americana em uma Perspectiva de Conferência Pública", realizado pelo Fórum Justiça nesta cidade, através do governo eletrônico iniciado pela Exma. Sra. Deputada Jandira Feghali, neste último dia 05 de maio, no âmbito do seu trabalho parlamentar, vem reportar o que segue:

A Deputada defende a medida articulada no âmbito do partido, o PódoB, que durante o Sessão da Câmara dos Deputados Federal, em que foram discutidas as Medidas Provisórias 654 e 655, o Deputado Roberto Faria (PPS-DF) afirmou seu "briga com fôlego e jogei para trás", enquanto Alberto Fogaça (PMDB-DF) disse referindo-se a ela, que "quem fala como homem deve agir como homem".

Infelizmente, no Brasil ainda os dados sobre esse tipo de violência de gênero são graves. Pesquisas revelam que 1 a cada 5 mulheres já foram vítimas de violência em seus relacionamentos; estima-se que entre 2001 e 2011 foram cometidas no país cerca de 50 mil feminicídios.

A violência física e a física dirigida à Deputada incitem a violência contra as mulheres e são atitudes inadmissíveis em um Estado Democrático. A postura de tais agentes públicos em nada condiz com o decoro esperado de agentes públicos representativos, configurando-se ato de corrupção política e moral à Deputada Jandira. Ademais, evidenciam a violência simbólica que pretende colocar a mulher em lugar inferior ao do homem, tratando no Congresso relações estruturais sofridas diariamente por mulheres em espaço público e privado, quando tais violações deveriam ser objeto prioritário do enfrentamento das questões políticas nacionais.

privado, quando tais violações deveriam ser objeto prioritário de enfrentamento dos sujeitos políticos nacionais.

Pelo exposto, esta coletividade solicita providências e a apuração da quebra de decoro dos parlamentares Deputado Roberto Freire (PPS-PE) e Deputado Alberto Fraga (DEM-DF).

Assinam as entidades presentes reunidas pela Fórum Justiça no dia 7 de maio de 2015, no Museu da República do Rio de Janeiro.

Alexandre Moura Reis dos Santos - FORUM JUSTIÇA
Luciana Pinheiro - Tropa de Resistência / Articulação Justiça e Direitos Humanos
JUAN IGORRAZ GARIBAY - DEFENSOR PÚBLICO (ARGENTINA)
Juliana Fariello - Defensora Pública
Centro de Assessoria Popular UFMG/Associação Cidadã
Roberto de Almeida Silva - RENAP
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ADPEC
Francisco José Santos Freire (Pol. pública ARGENTINA)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / MST
Feliciana Cristina Severina Universidade de São Paulo
Foram Maria Rêta Fórum Justiça Tropa de Resistência
Associação de Defensores - Fórum Justiça Tropa de Resistência
Nova Escola/União Paulista dos Advogados - UNPA
Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - ADPEC
Sociedade Civil Brasileira de Defensores - Fórum Justiça Tropa de Resistência
Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - ADPEC

Prof. Patricia - Profesora de Filosofía y Sociología

Lilian Celentano - URUGUAY - Cotidiano No. 11
Articulación Formadora Necesaria

Luiz Otávio Kubas - IPDMS - Seguro Rio

Patrícia Amagno - Dep. de Física Pública UF/ET

PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF

"A política fica menor – com p minúsculo – quando é praticada com base no sexismo e no machismo.

Minha solidariedade à deputada Jandira Feghali, ameaçada no plenário da Câmara, na noite de quarta-feira, por expor suas ideias.

Jandira, você só engrandece a luta das mulheres na política brasileira. Avante, com força e fé.
#JandiraMeRepresenta"

MINISTRA DAS MULHERES ELEONORA MENICUCCI

"Nota de apoio à deputada Jandira Feghali

Manifesto meu apoio e solidariedade à deputada federal Jandira Feghali, combativa parlamentar que representa com muita dignidade a população do Rio de Janeiro e, em especial, as mulheres no Congresso Nacional. Ela foi agredida nesta quarta-feira (06/05), durante a sessão plenária da Câmara dos Deputados, por dois colegas em uma demonstração clara de discriminação de gênero. Jandira Feghali foi vítima de um comportamento reiterado no Parlamento que incita a violência contra a mulher e passa ao largo de uma sociedade justa e democrática, valores que deveriam ser caros aos representantes da população.

Repúdio toda e qualquer forma de violência contra a mulher, seja no Congresso ou em qualquer outro espaço. Infelizmente o ocorrido na noite de ontem na Câmara não é o primeiro caso, o que reforça nossa convicção de que uma reforma política, que inclua mais mulheres nos espaços de poder e garanta a igualdade de gênero, será capaz de contribuir para a transformação da cultura patriarcal e machista de violência a que as mulheres foram e são submetidas.

Eleonora Menicucci

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República"

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

"Nota de Repúdio das Mulheres da CUT contra agressores da deputada Jandira Feghali

Nós, mulheres da CUT, vimos a público repudiar a atitude do deputado Roberto Freire (PPS-SP) pela agressão que cometeu contra a líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), ontem no plenário da Câmara dos deputados durante a discussão sobre a medida provisória 665.

Também repudiamos a atitude do deputado Alberto Fraga (DEM-DF) – que diante da agressão sofrida disse a parlamentar que “quem bate como homem deve apanhar como homem”, defendendo a violência praticada contra as mulheres.

A atitude demonstra de forma escancarada o quanto nosso parlamento é machista e faz apologia à violência contra as mulheres.

Com essa atitude, aplaudida por outros machistas de plantão, querem demonstrar que o parlamento é um espaço de homens, brancos e da classe dominante.

Essa foi uma agressão explícita, mas há outras como não aprovar o direito das trabalhadoras domésticas, limitar o direito das mulheres a decidir sobre a maternidade.

Tratam as mulheres como seres inferiores, desqualificam sua capacidade, sua inteligência e continuam pensando que o lugar de mulher é no mundo privado.

A bancada feminina reagiu de maneira solidária e várias deputadas gritaram: “A violência contra a mulher não é o Brasil que eu quero ver”.

Ter firmeza em suas ideias e ser contundente na defesa de suas opiniões é muito diferente de agredir, de desqualificar de fazer apologia à violência.

Nós, mulheres da CUT, que temos como uma de nossas prioridades o combate a violência sexista, repudiamos o comportamento dos deputados Roberto Freire e Alberto Fraga e manifestamos nosso apoio e solidariedade à deputada Jandira Feghali.

Para nós é motivo de orgulho ter uma mulher como líder de um partido de esquerda, num espaço conservador, machista e misógino como a câmara federal.

Violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer!

Somos todas Jandira Feghali!

Regina Flores
Secretária Estadual de Mulheres do PSB-RJ"

DEPUTADO CHICO LOPES (PCdoB/CE)

"Agressões à Jandira Feghali: Chico Lopes publica nota de repúdio

Em meu terceiro mandato tendo a honra e a responsabilidade de representar o povo cearense na Câmara dos Deputados e em mais de 30 anos de atuação parlamentar, nunca presenciei episódio semelhante ao registrado na última quarta-feira, 6/5, no plenário da Câmara Federal, tendo por vítima minha colega e líder da bancada do PCdoB, a valorosa e destemida deputada federal Jandira Feghali, do PCdoB-RJ.

As agressões, os insultos e as ironias desferidos contra a deputada não só exemplificam tristemente o clima que o Poder Legislativo tem vivido, nestes primeiros meses de 2015 em que uma onda conservadora e reacionária tenta se levantar sobre o Brasil, mas demonstram o quanto ainda temos que caminhar, como sociedade, para garantir que práticas repulsivas e condenáveis sejam definitivamente deixadas para trás, como lembranças de uma história que, felizmente, mudou para melhor.

Os atos de violência denunciados pela deputada Jandira Feghali, causados por parlamentares que deveriam ser os primeiros a dar à população o exemplo de fazer a luta política no plano das ideias e da democracia, não da violência, merecem repúdio por parte de toda a sociedade.

Não, caros senhores deputados, mulher que bate como homem" não deve "apanhar como homem", como chegou a ser dito nesta quarta-feira, no contexto das agressões, entre expressões infelizes e reveladoras de preconceito e pobreza de espírito. Quem bate em quem quer que seja tem que ser responsabilizado, dentro do rigor da lei. Os legisladores deveriam ser os primeiros a saber disso, mais ainda após a vigência da Lei Maria da Penha, necessária para proteger as mulheres brasileiras – sejam elas deputadas ou operárias, lideranças políticas ou donas de casa, líderes de bancada ou chefes de família.

Prestamos nossa solidariedade à deputada Jandira Feghali e a todas as mulheres brasileiras que, anonimamente e muitas vezes contidas pelo medo e pela pressão social, enfrentam agressões de variados tipos. Que todas se conscientizem, cada vez mais, que é preciso e que vale a pena lutar, do modo certo, pelo fim dessas práticas inaceitáveis. Exigimos dos órgãos competentes e da Câmara dos Deputados a apuração rápida e efetiva dos fatos, com a devida responsabilização de quem, em pleno século XXI, ainda leva o preconceito e o machismo de casa para a praça – e para o plenário."

governante daquele Estado, tendo interrompido por duas vezes o discurso da parlamentar e, “não se limitando aos impropérios verbais desferidos, ousou deslocar-se em direção à deputada para intimidá-la ou até mesmo agredi-la fisicamente”, conforme denunciado pela deputada Jô Moraes (PCdoB/MG), que era coordenadora da Bancada Feminina na época.

Essa onda crescente de agressões contra as deputadas reflete como a Câmara Federal está impregnada com as piores referências do conservadorismo, do machismo e da misoginia. Os parlamentares, assim como os homens na nossa sociedade, se valem da sua condição de homens para intimidar, atacar a vida pessoal e agredir verbal e fisicamente as mulheres. Esses casos evidentes de violência contra as mulheres não pode ser tolerado nem dentro nem fora da Câmara. A tribuna da Câmara é espaço inviolável para homens e mulheres e as ameaças e agressões às mulheres não podem ser inviabilizadas, ignoradas, toleradas nem chanceladas. Não podem ser reduzidas à “mal entendidos” ou ser silenciadas com pedidos vazios de desculpas, que legitimam que outras agressões sejam cometidas diariamente contra as mulheres em suas mais distintas e perversas faces.

A agressão à deputada Jandira sofrida na noite de ontem reflete a incapacidade de compressão de alguns homens sobre divisão do espaço e do poder, utilizando a força física para imporem sua opinião sobre a opinião de outrem. Tememos que o homem que sinta liberdade de fazer isso em público, faça algo mais grave no privado. É inadmissível a agressão física e verbal de deputados contra uma parlamentar, assim como é inadmissível a agressão contra qualquer mulher.

Jandira é a única mulher líder de partido hoje na Câmara e entendemos que um homem ver uma mulher defendendo outro homem deve ser uma inversão em toda a sua lógica machista de mulheres subalternas e sem expressão. Não vamos admitir que nenhuma outra mulher seja ameaçada, agredida ou tenha seu corpo violado por disputar os espaços antes só eram ocupado por eles. A tribuna da Câmara não é um lugar dos homens, não pertence a eles o direito único de fala e opinião nesta Casa. A Câmara é dos Deputados no nome, mas em sua essência é a Casa do Povo e representamos aqui o povo, pois somos mais da metade da população. Por isso a importância de ter mais mulheres na política, para que possamos inverter toda a lógica desigual que trata as mulheres na sociedade.

Diariamente milhares de mulheres sofrem agressões, ameaças e perdem suas vidas graças à cultura machista. Mas mulheres forjadas na luta diária da sobrevivência e da quebra das amarras do patriarcado não serão intimidadas com esse tipo de ameaça. Lutamos como mulher, lutamos juntas, até que todas sejam livres. Por isso as deputadas se manifestaram em plenário com as palavras de ordem “A violência contra a mulher não é o Brasil que a gente quer”. Estamos construindo um país mais justo, mais igualitário e sem violência, sem machismo e sem sexismo!.

Saudações de Força e de Luta.

Deputadas Federais do PT.

Secretaria Nacional de Mulheres do PT"

todas as mulheres brasileiras e se mostra decepcionante ter presente no poder legislativo brasileiro pessoas que ainda pensam que a mulher não deve ocupar determinados espaços.

É nas palavras proferidas pela Excelentíssima Deputada Federal Jandira Feghali, única líder mulher da Câmara dos Deputados, que destacamos a luta que as mulheres enfrentam diariamente para terem seus direitos respeitados, para derrubarem conceitos culturais, “firmeza, coragem e destemor são características das mulheres desde a dor do parto até a luta política concreta não só na proteção dos filhos, mas no cotidiano da adversidade da vida”.

O NUDEM/MS lamenta episódios como este, e luta para que a igualdade de gênero tenha efetividade prática e não fique presa somente a ideais. Num país onde a “culpa é da mulher” e que a cada 01 hora e meia morre uma mulher vítima de violência, o fim da violência e desigualdade de gênero mostra ser assunto urgente, e deve ser buscada principalmente por aqueles (as) que representam a sociedade.”

SECRETARIA NACIONAL DA MULHER DO PT, PCdoB E PSD

"Nota de Solidariedade a Jandira Feghali

As mulheres brasileiras solidarizam-se com a deputada federal Jandira Feghali, líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, frente à agressão física e verbal sofrida pela valorosa companheira em sessão no Plenário da Casa, na noite desta quarta-feira (6).

É inadmissível, no momento em que nós mulheres lutamos para o fortalecimento da democracia, enfrentamos a subrepresentação nos espaços de poder e de decisão, tolerarmos conviver com esse tipo de agressão pública praticada por parlamentares contra mais uma mulher parlamentar.

As mulheres de partidos políticos, lideranças feministas vêm manifestar seu integral apoio a atitude democrática e corajosa da valorosa deputada que não permitiu a tentativa de intimidação e fez um emocionado e bonito discurso mostrando a firmeza e garra da mulher brasileira do alto da tribuna da Câmara.

Solidarizamo-nos ainda com a determinação da deputada Jandira Feghali que manifestou sua vontade de buscar a justiça para que essa agressão não fique impune e para que atitudes machistas como essa nunca mais aconteça na Casa representativa do povo.

Por tanto, queremos deixar uma vez mais nossos parabéns à coragem dessa deputada que já inscreveu seu nome na história de nosso país.

São Paulo, 07 de Maio de 2015

Liège Rocha – Secretária Nacional da Mulher/PCdoB

Rede de Mulheres em Comunicação

Associação Ilê Mulher

AMNB - Articulação de Organizações de Mulheres Negras

Brasileiras

Fórum de Mulheres do Mercosul/Brasil

Teclê Mulher – Assessoria e Pesquisa no Âmbito dos Direitos da

Mulher

Sulamita Esteliam, jornalista - Blog A Tal Mineira/Recife

Nereide Saviani - Diretora da Escola Nacional João Amazonas –

PcdoB

Irene Cassiano Marques- Executiva Estadual da UBM Rio de

Janeiro - Coordenadora da UBM Niterói - Conselheira do CMPMN

Eunice Gutman/RJ"

DEPUTADOS ESTADUAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS

"Rachel Marques repudia violência sofrida pela deputada Jandira Feghali

Durante o primeiro expediente da sessão plenária desta sexta-feira (08/05), a deputada Rachel Marques (PT) repudiou a agressão contra a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), na última quarta-feira (06/05), cometida pelos deputados Alberto Fraga (DEM/DF) e Roberto Freire (PPS/SP).

Segundo a deputada, durante discussão sobre as medidas provisórias de ajustes fiscais, o deputado Roberto Freire pegou forte no braço da parlamentar e a jogou para trás. "Depois desse ato de violência, o deputado Alberto Fraga afirmou que mulher que bate como homem precisa apanhar como homem também. Isso é um absurdo", criticou Rachel Marques.

As recorrentes cenas de machismo, retrocesso de direitos como a Redução da Maioridade Penal e a aprovação do PL 4330, é fruto do Congresso Nacional mais conservador desde 1964. E, só reafirma a necessidade imediata de uma Reforma Política Democrática que crie condições e amplie a participação política das mulheres. O parlamento é majoritariamente hetero, branco e masculino, um ambiente hostil para as mulheres que lutam contra toda forma de opressão e em defesa da democracia. Ontem, a vítima foi a Deputada Maria do Rosário, hoje Deputada Jandira Feghali, antes delas outras. Até quando dentro e fora do parlamento as mulheres continuarão a mercê do machismo? A violência contra a mulher não é o Brasil que a gente quer!

Toda solidariedade a Deputada Jandira Feghali, que nos orgulha com sua luta incansável pelos direitos das mulheres, da juventude, dos trabalhadores e em defesa de um Brasil democrático, soberano e desenvolvido. "Não pense, Deputado Alberto Fragra que firmeza, coragem e destemor são características masculinas, são características das mulheres. Desde a dor do parto até a luta política concreta!" Afirmou, Jandira. A força de Jandira nos encoraja à seguir lutando!

Os movimentos sociais exigem justiça, a violência contra a mulher não pode ficar impune!

Machistas não passarão!

#LuteComoMulher

#ReformaPolíticaJá

União Brasileira de Mulheres (UBM)

União da Juventude Socialista (UJS)

Marcha Mundial das Mulheres (MMM)

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

União de Negros pela Liberdade (Unegro)

União Nacional dos Estudantes (UNE)

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)

Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)

Barão de Itararé São Paulo

Fora do Eixo

Levante Popular da Juventude"

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Moção de repúdio à ação de violência física e verbal sofrida pela Deputada Jandira Feghali

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM (RJ)

NOTA EM APOIO À DEPUTADA JANDIRA FEGHALI

"O Plenário do Coren-RJ vem a público repudiar a agressão sofrida ontem pela deputada federal Jandira Feghali, em pleno exercício parlamentar, na Câmara dos Deputados, em Brasília. É inadmissível que uma cidadã seja agredida física e moralmente sob quaisquer circunstâncias, com o agravante da lamentável cena ter acontecido na Casa do Povo, numa ação desmedidamente antiética, descontrolada e truculenta por parte de dois deputados.

A deputada Jandira Feghali tem 30 anos de vida pública, sempre foi eleita democraticamente pelo Rio de Janeiro, é médica, esposa e mãe, e sua conduta como política e cidadã só a enaltece como exemplo de parlamentar brasileira. Sua luta em prol dos trabalhadores e na proteção à mulher repercute por toda a sociedade, tendo como uma das ações de maior relevância a assinatura do texto em vigor da Lei 11.340/06, conhecida com Lei Maria da Penha."

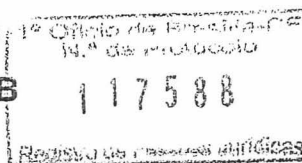
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE PORTO ALEGRE CONTRA A VIOLÊNCIA SOFRIDA PELA DEPUTADA FEDERAL JANDIRA FEGHALI

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre/RS aponta seu repúdio e indignação contra as manifestações agressivas, ofensivas, violentas e sexistas em relação à deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), ocorridas no Plenário da Câmara Federal, na sessão do dia 6 de maio último, durante a votação da medida Provisória nº 665, que altera, entre outras, as regras de acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial. A deputada publicou que, em meio à discussão, teve o braço puxado pelo deputado federal Roberto Freire (PPS-SP), que teria justificado: "Pode até ter sido um pouco com força", pedindo desculpas. A seguir, o também deputado e coronel da reserva da Polícia Militar do DF, Alberto Fraga (DEM-DF), afirmou: "Eu digo sempre que mulher que participa da política e bate como homem, tem que apanhar como homem também".

Este Conselho empresta, assim, sua solidariedade à deputada Jandira Feghali, detentora de longa luta feminista e histórica defesa dos direitos das mulheres. A constatação acima e, também, a lembrança da agressão imposta pelo parlamentar Jair Bolsonaro/PP-RJ à deputada Maria do Rosário (PT-RS) em dezembro do ano passado, agravam a preocupação com a naturalização, a banalização e o estímulo à violência contra as mulheres, disseminadas dentro da Câmara Federal.

O que, por definição, deveria ser a autêntica representante do povo brasileiro, e como tal também das mulheres brasileiras, a Câmara Federal tem se mostrado palco de ameaça e concretização de perda de direitos conquistados a duras penas, ocupado majoritariamente por conservadores e fundamentalistas, contrários à defesa e garantia de direitos que lá se instalaram

**ATA DO 13º CONGRESSO NACIONAL DO
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCdoB**



Às quinze horas do dia quatorze de novembro do ano de dois mil e treze, no auditório do Anhembi, na cidade de São Paulo - SP, instalou-se o 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Constatada a presença de 649 (seiscentos e quarenta e nove) delegados e delegadas que assinaram a lista de presença, no livro de atas, de acordo com as disposições do art. 19 e 20 do Estatuto partidário, o Presidente do Partido Comunista do Brasil, José Renato Rabelo, deu início aos trabalhos do 13º Congresso do PCdoB, encaminhando a eleição dos integrantes da Mesa Diretora do 13º Congresso, que aprovada por unanimidade dos delegados e delegadas presentes passou a ser composta pelos seguintes Delegados: Renato Rabelo – Presidência; Adilson Gonçalves de Araújo; Alice Mazzuco Portugal; Altamiro Afonso Borges; Ana Maria Santos Rocha; Ângela Cristina Santos Guimarães; Carlos Magno de Souza Soares; Dalva Stela Rodrigues de Carvalho; Daniel Gomes de Almeida; Daniel Iliescu; Elza Maria Campos; Maria do Socorro Jô Moraes Vieira; João Batista Lemos; Luciana Barbosa de Oliveira Santos; Manuela Pinto Vieira D’Ávila; Marcio Jerry Saraiva Barroso; Nagyla Maria Galdino Drumond; Nivaldo Santana Silva; Olgamir Amância Ferreira de Paiva; Orlando Silva de Jesus Jr.; Maria Perpétua de Almeida; Renan Thiago Alencar Moreira; Ronald Cavalcanti Freitas; Virginia Gomes de Barros e Silva. O presidente informou que foram eleitos nas Conferências Estaduais que precederam o 13º Congresso 809 (oitocentos e nove) delegados e delegadas, segundo as normas congressuais e 49 (quarenta e nove) delegados e delegadas natos(as). Constatada a presença de quorum foi submetida à apreciação do Plenário a proposta de Regimento Interno do 13º Congresso, a mesma foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi submetida à deliberação as propostas de composição da Comissão de Resoluções e a Comissão Eleitoral. Foram eleitos para compor a Comissão de Resoluções os seguintes Delegados: Renato Rabelo, como Coordenador; Adalberto Alves Monteiro; João Batista da Rocha Lemos; José Reinaldo Santos de Carvalho Filho; Luciana Barbosa de Oliveira Santos; Luciano Roberto Rosas de Siqueira; Antônio Renildo Santana Souza; Ricardo Abreu de Melo; Walter Natalino Sorrentino. A proposta de composição da Comissão Eleitoral por sua vez foi aprovada ficando composta pelos

seguintes delegados: Carlos Augusto Diógenes Pinheiro; Santos Roland; Júlio Cezar de Oliveira Vellozo; Neide Aparecida de Sousa Freitas; Nivaldo Santana Silva; Orlando Silva de Jesus Jr.; Walter Natalino Sorrentino. Em seguida, o Presidente Renato Rabelo informou que estavam presentes as seguintes delegações estrangeiras: Partido Comunista Sul-Africano; Partido Comunista da Alemanha - Die Linke; Partido Comunista da Argentina - Frente Grande; Partido Comunista da Argentina - Frente Transversal ; Partido Comunista da Argentina - La Campora ; Partido Comunista Congresso Extraordinário; Partido Comunista da Argentina ; Partido Comunista do Benin ; Partido Comunista da Colômbia - MAS-IPSP; Partido Comunista da Bolívia ; Partido Comunista do Canadá (ML); Partido Comunista da China; Partido Comunista do Chipre - AKEL; Partido Comunista da Colômbia - Marcha Patriótica; Partido Comunista da Colombia; Partido do Trabalho da Coreia; Partido Comunista de Cuba; Partido Comunista dos Estados Unidos; Partido Comunista Francês; União do Povo Galego; Partido Comunista da Grã Bretanha (ML); Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha (ML); Partido Comunista da Grécia; Partido Comunista da Guatemala - Aliança Nova Nação; Partido Comunista do Iraque; Partido da Refundação Comunista; Partido dos Comunistas Italianos; Partido Comunista Japonês; Partido Popular Revolucionário do Laos; Partido Comunista Libanês; Frente Sandinista de Libertação Nacional; Partido Comunista da Palestina - Fatah; Frente Popular para a Libertação da Palestina; Partido do Povo Palestino; Partido do Povo do Panamá; Partido Comunista Paraguaio - Frente Guaçu; Partido Frente Ampla - Frente Guaçu; Partido Popular Tekojojá - Frente Guaçu; Partido Comunista do Peru - Patria Roja; Partido Comunista Peruano; Partido Comunista do Peru - Partido do Povo; Partido Comunista Português; Partido Comunista de Portugal - União Democrática Popular; Partido Comunista da Federação Russa; Frente Polisario; Partido Comunista da Síria - Baath; Partido Comunista da Tunísia - Watad Unificado; Partido Comunista do Uruguai - Frente Ampla; Partido Socialista Unido da Venezuela; Partido Comunista do Vietnã. Na sequência o Presidente apresentou o Informe Geral ao 13º Congresso e foi aberto para intervenções pelo tempo de 5 (cinco) minutos para os delegados e delegadas inscritos. Às 21 horas, os trabalhos do 13º Congresso foram suspensos, em razão do adiantado da hora, convocando-se os delegados para o dia seguinte. Às oito horas do dia quinze de novembro de



dois mil e treze os trabalhos do 13º Congresso do PCdoB foram retomados com mais intervenções dos delegados, com duração de cinco minutos cada. No decorrer do dia, foram apresentadas os seguintes Informes Especiais, com duração de quinze minutos cada: às 11:30 horas o senhor Carlos Augusto Diógenes Pinheiro apresentou os nomes propostos pela Direção Nacional cessante para comporem o futuro Comitê Central do PCdoB e explicou que os delegados e delegadas votariam nessa composição, denominada consulta, através de votação eletrônica e secreta, podendo cada um concordar ou discordar com os nomes propostos e acrescentar outros que julgassem conveniente. Às 14h terminou, de acordo com o Regimento do 13º Congresso, o prazo para a apresentação de emendas aos projetos de Resoluções do Congresso. Às 16h os trabalhos do 13º Congresso foram suspensos para a preparação do ato político previsto para realizar-se no mesmo local às 19h. Às 16:30 horas encerrou-se o prazo dos delegados e delegadas participarem da consulta eletrônica. No horário previsto, iniciou-se o ato político do 13º Congresso do PCdoB, sob a Presidência do camarada Renato Rabelo, contando com a presença: da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Roussef; do Prefeito da cidade de São Paulo Fernando Haddad, da Deputada Federal e Vice-Presidenta Nacional do PCdoB Luciana Santos, do Ministro do Esporte Aldo Rebelo, do Ministro da Saúde Alexandre Padilha, do Ministro da Educação Aloísio Mercadante, Ministra Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Ideli Salvati, do presidente da Embratur Flávio Dino, da Deputada Federal Jandira Feghali, do líder da bancada do PCdoB no senado Inácio Arruda, da senadora do PCdoB Vanessa Grazziotin, da líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados Manuela D'Ávila, do Presidente Nacional do PT Rui Falcão, do Presidente da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil Adilson Araújo, do Presidente da UJS – União da Juventude Socialista André Tokarski, da Presidenta da CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores Bartíria Perpétua Lima da Costa, do Presidente da UNEGRO – União Nacional de Negros pela Igualdade Edson França, da Presidenta da UNE – União Nacional dos Estudantes Virgínia Barros, da Presidenta da UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas Manuela Braga, da Vice-presidenta da UBM – União Brasileira de Mulheres Daniele Costa, do Presidente do Comitê Estadual do PCdoB em São Paulo Orlando Silva Jr., da

Senhora Alda Marco Antônio representando o Presidente Nacional do PSD Gilberto Kassab. Em seguida foi feito o pronunciamento do presidente Jose Renato Rabelo e da Presidenta da República Dilma Roussef. A sessão foi encerrada às 22 horas. Reaberta a sessão do 13º Congresso às 9 horas do dia dezesseis de novembro de dois mil e treze, prosseguiram-se os trabalhos dando continuidade às intervenções de delegados e delegadas, sendo concedida a palavra a Walter Natalino Sorrentino, a quem coube iniciar o tratamento do segundo ponto da pauta do Congresso, consistente no Balanço da Direção e a eleição do novo Comitê Central (CC) e as diretrizes para a composição do novo CC apresentando, para tanto, o informe sobre o balanço das atividades da Direção cujo mandato terminara com a instalação do 13º Congresso do Partido. Em seguida foi dada a palavra a delegados e delegadas pelo tempo de cinco minutos cada. Após o intervalo do almoço foi assegurada a palavra ao camarada Adalberto Monteiro que em nome da Comissão de Redação relatou os trabalhos da Comissão, informando sobre as emendas apresentadas e o parecer da Comissão sobre as emendas aos dois Projetos de Resolução: 1 – Batalhar pelas reformas estruturais, fortalecer o Partido, assegurar a quarta vitória do povo e 2 – Promover a resistência anti-imperialista, as mudanças na América Latina e a nova luta pelo Socialismo. Submetidos cada um dos projetos de resoluções a votação, por expressiva maioria, todas as resoluções propostas foram aprovadas nos termos dos pareceres da Comissão de Resoluções, com as emendas por ela acolhidas. Foi informado em plenário, pela mesa diretora dos trabalhos, que essas resoluções aprovadas serão publicadas na página do Partido (www.pcdob.org.br) e que será feita uma publicação impressa para estudo, divulgação e conhecimento de todos. Às 15 horas foi apresentado por Orlando Silva Jr. o relatório da Comissão Eleitoral e o resultado da apuração da consulta: 607 (seiscentos e sete) delegados e delegadas votantes; 569 (quinhentos e sessenta e nove) votos válidos; 18 (dezoito) formulários em branco; e 20 (vinte) votos nulo e inclusão de 8 (oito) novos nomes. Apresentada a cédula eleitoral para o novo Comitê Central iniciou-se o processo de votação eletrônica. A comissão eleitoral informou ao plenário que estavam aptos a votar os 734 (setecentos e trinta e quatro) delegados e delegadas, devidamente credenciados ao Congresso, segundo as normas congressuais, não obstante terem assinado a lista de presença deste livro ata 649 (seiscentos e quarenta e nove) delegados

Ofício de Protocolo
N.º da 5ª Seção
117588
Departamento de Processos Judiciais

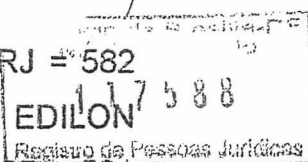
e delegadas. Às 16:30 horas concluiu-se o processo de votação com a proclamação do seguinte resultado da votação: votaram 680 (seiscentos e oitenta) delegados e delegadas; 7 (sete) cédulas foram consideradas nulas e 27 (vinte e sete) em branco, foram eleitos ao cargo de membros do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil os seguintes nomes, com seu respectivo estado de atuação partidária, ou DN se a atuação for na esfera de Direção Nacional e número de votos: DILCE ABGAIL RODRIGUES PEREIRA - RS = 616 votos; NEREIDE SAVIANI - DN = 594 votos; JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO- SP = 594 votos; MARIA DE LOURDES CARVALHO RUFINO - PI = 593 votos; VANESSA GRAZZIOTIN - AM = 593 votos; FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA - MA = 593 votos; MARIA DO SOCORRO JO MORAES VIEIRA- MG = 592 votos; AUGUSTO CESAR BUONICORE - DN = 592 votos; INACIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA - CE = 592 votos; BARTIRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA - RJ = 591 votos; ELZA MARIA CAMPOS - PR = 591 votos; MARIA PERPÉTUA DE ALMEIDA - AC = 591 votos; RAIMUNDA DE SOUZA GOMES - AM = 591 votos; ADILSON GONÇALVES DE ARAUJO - BA = 591 votos; JAMIL MURAD - SP = 591 votos; ANGELA ALBINO - SC = 590 votos; RAIMUNDA LEONE DE JESUS - RJ = 590 votos; MARIA DO SOCORRO GOMES COELHO - DN = 590 votos; ADALBERTO LUIZ FRASSON - RS = 590 votos; ALTAMIRO AFONSO BORGES - DN = 590 votos; ASSIS FLÁVIO DA SILVA MELLO - RS = 590 votos; AUGUSTO CESAR MARTINS MADEIRA - DF = 590 votos; DANIEL GOMES DE ALMEIDA - BA = 590 votos; JOSE CARLOS RUY - DN = 590 votos; JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA - BA = 589 votos; MADALENA GUASCO PEIXOTO - DN = 589 votos; MARLENE ALVES SOUZA LUNA - PB = 589 votos; MARIA OLIVIA SANTANA - BA = 589 votos; ALANIR CARDOSO - PE = 589 votos; FRANCISCO LOPES DA SILVA - CE = 589 votos; HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA - BA = 589 votos; NIVALDO SANTANA SILVA - DN = 589 votos; ANA MARIA PRESTES RABELO - MG = 588 votos; ANGELA CRISTINA SANTOS GUIMARAES - DN = 588 votos; MARIA ANTONIETA DA TRINDADE GOMES - PE = 588 votos; ALDO DA SILVA ARANTES - DN = 588 votos; CARLOS MAGNO DE SOUZA SOARES - MG = 588 votos; OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JUNIOR - PI = 588 votos; PERICLES SANTOS DE SOUSA - BA = 588 votos; ANA MARIA DOS SANTOS ROCHA - RJ = 587 votos; LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS - PE = 587 votos;

Ofício de Registro nº 7588
Nº 6º protocolo

ADALBERTO ALVES MONTEIRO - DN = 587 votos; ANTENOR ROBERTO SOARES MEDEIROS - RN = 587 votos; ANTONIO LEVINO DA SILVA AM = 587 votos; CARLOS AUGUSTO DIÓGENES PINHEIRO - CE = 587 votos; DANIEL ILIESCU - RJ = 587 votos; ANTONIO GILVAN SILVA PAIVA - CE = 587 votos; JOAO BATISTA ROCHA LEMOS - RJ = 587 votos; LUCIANO ROBERTO ROSAS DE SIQUEIRA - PE = 587 votos; MARCELINO GRANJA DE MENEZES - PE = 587 votos; ORLANDO SILVA DE JESUS JR - SP = 587 votos; JOSÉ RENATO RABELO - DN = 587 votos; RENILDO VASCONCELOS CALHEIROS - PE = 587 votos; WAGNER GOMES - SP = 587 votos; ALICE MAZZUCO PORTUGAL - BA = 586 votos; CLAUDIA ANICETO CAETANO PETUBA - AL = 586 votos; JULIA MARIA SANTOS ROLAND - SP = 586 votos; VIRGINIA GOMES DE BARROS E SILVA - PE = 586 votos; CLAUDIO SILVA BASTOS - BA = 586 votos; EDVALDO SOARES DE MAGALHAES - AC = 586 votos; JOAO CARLOS KFOURI QUARTIM DE MORAES - SP = 586 votos; MARCELINO OROZIMBO DA ROCHA - MG = 586 votos; MARCIO JERRY SARAIVA BARROSO - MA = 586 votos; OLIVAL FREIRE JR- BA = 586 votos; ANTÔNIO RENILDO SANTANA SOUZA - BA = 586 votos; DALVA STELLA RODRIGUES DE CARVALHO - MG = 585 votos; EMILIA THEREZINHA XAVIER FERNANDES - RS = 585 votos; MANUELA PINTO VIEIRA D'AVILA - RS = 585 votos; NÁDIA CAMPEAO - SP = 585 votos; OLGAMIR AMANCIA FERREIRA DE PAIVA- DF = 585 votos; DAVIDSON DE MAGALHAES SANTOS - BA = 585 votos; EVANDRO COSTA MILHOMEM - AP = 585 votos; PEDRO ANTÔNIO BIGARDI - SP = 585 votos; RICARDO ABREU DE MELO - DN = 585 votos; ALOÍSIO SERGIO ROCHA BARROSO - DN = 585 votos; JANDIRA FEGHALI - RJ = 584 votos; NAGYLA MARIA GALDINO DRUMMOND - CE = 584 votos; BERNARDO JOFFILY - SC = 584 votos; ALDEMIR CAETANO - AM = 584 votos; DILERMANDO NOGUEIRA TONI - DN = 584 votos; JOSÉ DIVANILTON PEREIRA DA SILVA - RN = 584 votos; ERONILDO BRAGA BEZERRA - AM = 584 votos; CARLOS FERNANDO NIEDSBERG - RS = 584 votos; JORGE LUIZ GUIMARÃES PANZERA - PA = 584 votos; LUIZ CARLOS PAES DE CASTRO - CE = 584 votos; DANIELE COSTA SILVA - BA = 583 votos; AUGUSTO SÉRGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA - BA = 583 votos; AURINO PEDREIRA DO NASCIMENTO FILHO - BA = 583 votos; FÁBIO TOKARSKI - DN = 582 votos; FRANCISCO JAVIER ULPIANO ALFAYA RODRIGUEZ - BA = 582 votos; JONASTONIAN MARINS

7
AGUIAR - RJ = 582 votos; RONALDO LUIZ RODRIGUES LEITE - RJ = 582
votos; NEIDE APARECIDA DE SOUZA FREITAS - DN = 581 votos;
MELO DE QUEIROS - AM = 581 votos; GUSTAVO LEMOS PETTA - SP = 581
votos; MARCELO FERRAZ TOLEDO - SP = 581 votos; WADSON NATHANIEL
RIBEIRO - MG = 581 votos; RENATA VICENTINI MIELE - SP = 580 votos;
EDSON LUIZ DE FRANCA - DN = 580 votos; MANOEL RANGEL NETO - SP =
580 votos; EUSTÁQUIO VITAL NOLASCO - DN = 580 votos; EDVALDO
NOGUEIRA FILHO - SE = 579 votos; RENAN THIAGO ALENCAR MOREIRA -
DN = 579 votos; WANDER GERALDO DA SILVA - SP = 579 votos; JEAN
FABRICIO FALCAO - BA = 578 votos; MARIA LIEGE SANTOS ROCHA - DN =
577 votos; ANDRE PEREIRA REINERT TOKARSKI - DN = 577 votos;
WALDEMAR MANOEL SILVA DE SOUZA - RJ = 577 votos; RONALD
CAVALCANTI FREITAS - DN = 576 votos; ALCIDES ARAUJO DOS SANTOS -
SP = 575 votos; MARCELO CLÁUDIO CÉSAR CARDIA - SP = 574 votos;
WALTER NATALINO SORRENTINO - DN = 574 votos; LUIZ MANOEL
REBELO FERNANDES - RJ = 573 votos; FLAVIA CALÉ DA SILVA - DN = 571
votos; ANDRE BEZERRA RODRIGUES - SP = 571 votos; EDMILSON JOSÉ
VALENTIM DOS SANTOS - RJ = 571 votos; JULIO CEZAR DE OLIVEIRA
VELLOZO - DN = 570 votos; ELISANGELA LIZARDO DE OLIVEIRA - DN =
565 votos; RONALDO GOMES CARMONA - DN = 561 votos; RICARDO
CRACHINESKI GOMYDE - PR = 559 votos; CARINA VITRAL COSTA - SP =
550 votos; MARIA ISAURA LEMOS - GO = 548 votos; DAVI GONÇALVES
RAMOS - SP = 547 votos; JOSE REINALDO SANTOS CARVALHO FILHO -
DN = 546 votos; ELIAS JABBOUR - SP = 537 votos. Todos foram

imediatamente empossados. Às 12h30 os trabalhos do 13º Congresso foram
suspensos por uma hora, para efeito de realização da primeira reunião do
Comitê Central, destinada a eleger o presidente, o vice-presidente e parte dos
membros da Comissão Política Nacional. Em seguida ocorreu a votação
eletrônica dessa comissão. Às 16:30 horas os trabalhos do 13º Congresso
foram retomados e o camarada Daniel Gomes de Almeida apresentou ao
plenário do congresso o resultado da 1ª reunião do Comitê Central: votaram
118 (cento e dezoito) membros do Comitê Central, houve 13 (treze) votos em
branco e nenhum nulo. Foi eleito para o cargo de presidente o camarada José
Renato Rabelo; para o cargo de Vice-Presidente Nacional a camarada Luciana
Barbosa de Oliveira Santos e os vinte e um seguintes membros que além



desses integram a Comissão Política Nacional: Adalberto Alves Monteiro, Adilson Araújo dos Santos; Aldo da Silva Arantes; Carlos Augusto Diógenes Pinheiro; Daniel Gomes de Almeida; Flávio Dino de Castro e Costa; Haroldo Borges Rodrigues Lima; Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda; João Batista Rocha Lemos; José Aldo Rebelo Figueiredo; José Reinaldo Santos Carvalho Filho; Maria do Socorro Jô Moraes Vieira; Manuela Pinto Vieira D'Ávila; Nádia Campeão; Nivaldo Santana Silva; Orlando Silva de Jesus Júnior; Renildo Vasconcelos Calheiros; Ricardo Abreu de Melo; Vanessa Grazziotin; Wadson Nathaniel Ribeiro e Walter Natalino Sorrentino. Assumindo a palavra, o Presidente Nacional do PCdoB, José Renato Rabelo, concluiu os trabalhos resumindo o significado e os desafios decorrentes da realização do 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil, saudando os delegados e as delegadas, bem como as delegações estrangeiras e os convidados e convidadas, encerrando os trabalhos do 13º Congresso do PCdoB em clima festivo. Nada mais tendo sido tratado, lavro e firmo a presente ata, que segue assinada por mim, Walter Sorrentino, Secretário do 13º Congresso do PCdoB, junto com o Presidente José Renato Rabelo.


José Renato Rabelo
Presidente


Walter Natalino Sorrentino
Secretário

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n. 00117588

CARTÓRIO MARCELO RIBAS
1. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
SUPER CENIER - ED. VIANCO 2000
SLS, A. 08 BL. B-60 SL. 140-E 1. ANDAR
BRASÍLIA/DF - TELEFONE: 3224-4026

Registrado e Arquivado sob o número
00003425 do livro, n. A-06 em
12/02/1996, dou fé. Protocolado e
digitalizado sob nº 00117588
Brasília, 20/12/2017.

Titular: Marcelo Caietano Ribas
Subst.: Ediene Miguel Pereira
Rosimar Alves da Jesus
Selo: T0DFT20130210065289C1611
Para consultar www.tjdf.jus.br

CARTÓRIO MARCELO RIBAS
Emolumentos: R\$ 15,43
Tab: J IVab



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Representação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, subscrita por seu Presidente, José Renato Rabelo, em desfavor do Deputado ALBERTO FRAGA. Imputação da prática de atos incompatíveis com o decoro parlamentar.

Em 28/10/2015

Numere-se, publique-se e encaminhe-se ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.


EDUARDO CUNHA
Presidente

